

PAISAGEM E *HABITAT*

MÁRIO CENIQUEL



Os assuntos aqui colocados abrangem, na maior parte, algumas reflexões que surgiram da discussão acadêmica, que maior interesse pessoal representam para nós, centradas na conceituação da paisagem e do *habitat*, assim como da ação conseqüente na configuração do espaço externo. Também, em grande parte, representam ditas questões nossas dúvidas e algumas poucas certezas, que decorrem de nossa vivência e sofrimento pessoal na gestão pública, no ensino acadêmico e de convívio com uma das cidades do mundo que mais íntimo relacionamento mantém ainda hoje com o meio natural: Rio de Janeiro.

Representam, também, a visão de um profissional, com formação e militância marcadamente ligadas ao projeto de edificações e ao desenho urbano, o que, em alguns momentos, permeia o conteúdo do texto.

SOBRE O CONCEITO DE PAISAGEM

Não é de agora que sentimos que uma das maiores dificuldades que apresentam as discussões sobre tal conceituação, é o fato da expressão "paisagem" aceitar tantas acepções, como áreas do conhecimento que por ela apresentem interesse de estudo.

Ora como designação de um espaço físico, ora como referência a expressões metafóricas ou virtuais, a noção de paisagem apresenta portanto diversos significados ou sentidos, dependendo da abordagem que se adote, cujo relacionamento se dificulta mais ainda quando incluímos, aos possíveis níveis de estudo, questões relacionadas às diferentes escalas de análise.

De fato, desde a escala da paisagem urbana, que por sua vez engloba outras escalas, até a escala regional, territorial, continental e até mundial, o conceito adquire matrizes diversificadas, tanto na sua leitura, como no estabelecimento de possíveis diretrizes de intervenção.

A bem da verdade, além da diversidade de abordagens setoriais, as questões de escala englobam níveis significativos e diferenciados de informação, cuja

complexidade aumenta proporcionalmente à elevação do grau de generalidade do objeto.

Porém, devemos reconhecer que, hoje em dia, a evolução acelerada de técnicas sofisticadas de pesquisa e sua facilidade de acesso (antigamente restrita a órgãos ou entidades oficiais dos países centrais), nos permitem, à margem das dificuldades antes assinaladas, termos a possibilidade material de atingirmos um considerável conhecimento do objeto "a paisagem", num razoável período de tempo.

A par destas questões e voltando às dificuldades antes assinaladas (relacionadas com a diversidade de abordagens setoriais) um fato inquietante, segundo a expressão de Jean Zeitoun¹, é a percepção da relativa ambigüidade que a definição do conceito de paisagem apresenta, enquanto objeto de estudo, quando analisado à luz da mencionada diversidade: desde a lei experimental científica ao nível imaginário/visual/sensorial.

A partir das digressões de J. Zeitoun, podemos induzir, com razoável segurança, que o único ponto de sustentação ou fundamentação que introduz um denominador comum em torno da "constelação de fatores que definem a paisagem"... é o sentido de finalidade ou objetivo que dita noção costuma ter, segundo o campo do conhecimento e o ponto de vista considerado.

(...) "o primeiro problema a ser colocado é o da realidade e existência da paisagem. Como veremos ... não é necessário que o objeto definido seja real, porém, o uso que dele possa ser feito, difere segundo seja sua existência concreta ou não ..." (J. Zeitoun, *op. cit.*)

É a partir deste raciocínio, que o mencionado autor coloca a questão da "pré-noção", expressão esta usada no sentido de ... "noção emanada de conceitos admitidos *a priori* (ou "pré-conceitos") carentes de uma análise crítico-sistêmica mais apurada...".

(a noção de paisagem) ... "é tanto um meio cômodo de definir um espaço organizado, em relação com as atividades humanas, como uma descrição subjetiva de um meio vivido"².

Assim, concluímos que o conceito de paisagem enquanto "pré-noção" ou "pré-conceito", é fundamentalmente um objeto construído dentro de um marco

sociocultural de uma sociedade e que, portanto, somente será compreendido enquanto inserido num contexto histórico, cultural e econômico, independente dos elementos físicos que o compõem.

Vale aqui a ressalva de que não se trata de uma atitude extrema de afirmar que o conceito carece de sentido, e sim de evidenciar a sua validade operativa antes que a condição de objeto de estudo propriamente dito, o que justificaria a variedade de categoria de análise conforme as mudanças de finalidade.

Outrossim, seja a partir das variadas óticas setoriais apontadas, que balizam respectivas finalidades, ou da diversidade de escala, ou ainda da sua condição de "pré-noção", um outro elemento comum deve ser assinalado enquanto as conotações da expressão "paisagem": sempre que a esta nos referimos, o fazemos a partir da ótica do homem só ou em sociedade, referência *sine qua non* de qualquer abordagem.

Segundo esta visão antropocêntrica, a paisagem, enquanto elemento vivido e/ou percebido, somente aparece como produto de sua compreensão e/ou fruição real ou potencial pela estrutura social.

Ou seja, esta abordagem privilegia o ponto de vista do homem, a partir do qual, até uma paisagem dita "natural" ou "selvagem", transforma-se para ele no espaço no qual pode explorar potencialmente ou de fato todos os recursos ou materias-primas, necessários para sua idéia de desenvolvimento ou ainda sua transformação (racional ou não) visando uma determinada finalidade.

Dita finalidade tanto pode ser a organização do tempo livre, conservação de ecossistemas ou sítios históricos ou por exemplo a utilização econômica da paisagem.

(...) "em todos os casos, a ação e transformação do meio não são outra coisa que a expressão das metas e meios que a estrutura social procura no plano físico, assim como uma legislação o faz no plano das instituições..." (J. Zeitoun).

Estas colocações não fazem mais do que reiterar a interpretação da paisagem como produto da interação do homem com seu meio (urbano, regional, territorial, etc.), segundo uma determinada visão desse meio.

E, sob este aspecto, não deixa de ser instigante o fato de considerar que a paisagem, em tanto que conceito operacional, não é outra coisa que um "pseudoconceito".

Isto é, deixa de ser um objeto, para converter-se na expressão de uma finalidade, visando a descrição e/ou valorização do meio físico humano (*habitat*).

Ou seja, em outros termos, haverá tanto uma concepção arquitetônica da paisagem, como social, econômica, geográfica, biológica, psicológica, etc.

Resumindo, podemos sintetizar assim as condições da paisagem como "noção/pré-noção/pseudoconceito":

1. Produto de análise/observação da realidade;
2. Resultado da ação do homem sobre seu meio;
3. Conceito operacional antes que objeto (em termos epistemológicos);
4. Expressão de uma finalidade (diversas acepções disciplinares) visando a descrição e valorização e/ou intervenção do meio físico humano, conceito este que abrange até aquelas áreas de maior ou menor extensão, tradicionalmente consideradas como "naturais" ou "selvagens".

A NOÇÃO DE HABITAT COMO SÍNTESE DO GRAU DE ABRANGÊNCIA DO CONCEITO DE PAISAGEM

Referimo-nos anteriormente à qualidade de expressão de uma finalidade, que a paisagem possui, antes que um objeto, visando a descrição e/ou valorização do meio ambiente humano.

Dito meio físico constitui a matéria-prima de estudo, da qual partimos para expressão daquelas finalidades, no que parece representar a porção "real - concreta" do sistema "paisagem", assim como teria uma existência conceitual e/ou sensível, no campo do ideal, conseqüência de um processo duplo de abstração, característico de qualquer representação do mundo real.

Em conseqüência, é de interesse operacional adotar um termo com suficiente grau de equilíbrio entre generalidade e especificidade, para designar as variadas nuances epistemológicas do meio físico humano, que possa abranger na medida do possível todas as acepções da atividade nele envolvida e que possa agir como complemento da noção de paisagem.

Dois termos desta natureza, pelo menos, existem já de uso corrente: entorno, tradução não suficientemente expressiva do inglês, *environment*, e o termo *habitat*, palavra que significa "vive".

Embora não cheguemos a considerar ambos os termos como sinônimos, é um fato que a sua utilização muitas vezes se confunde, segundo a expressão da finalidade que esteja comandando a referência da paisagem.

Ambos os termos resultam valiosos e expressivos. O termo *entorno* já tem sido reconhecido no campo da arquitetura, como objeto de uma "ciência do *design*", pleno desenvolvimento, assim como objeto de estudos profissionais de várias universidades, como Berkeley, em cujo *curriculum*, constam vários cursos sobre a história do *entorno* -, e várias publicações especializadas; "institucionalização" do termo que não significa, necessariamente, a definição do seus limites. Em verdade o próprio termo se trata de um neologismo: a primitiva tradução de *environment* é "meio ambiente", e interpretamos que, neste sentido, liga-se, em forma mais discreta com outra expressão mais ou menos equivalente de *habitat*.

O termo *habitat* provém das ciências biológicas e da antropologia, e, talvez, da idéia do *habitat* dos povos primitivos, considerado como um meio ambiente integrado em si e a vida do grupo humano, servindo de base à aplicação do conceito para caracterizar o espaço vital do homem moderno.

Resumindo: se tentássemos definir os significados ideológicos de ambos os termos, "*entorno*" parece sugerir conotações "tecnológico-objetivas", já *habitat* apresenta mais conotações antropológicas e existenciais.

O primeiro é substantivo, "*habita*" é um verbo em termo ativo, um parece nos assinalar os elementos que rodeiam o homem, o outro refere-se, mais especificamente a esses elementos enquanto vividos, real ou imaginariamente, pelo homem.

Ditos conceitos permitem vislumbrar a importância conceitual que, particularmente, atribuímos à noção de *habitat* como conceito operacional de grande valor para os estudos da paisagem, razão pela qual formulamos algumas considerações sobre o mesmo, visando uma conceituação mais geral, com o intuito de contribuir com seu esclarecimento conceitual.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A FORMAÇÃO DO CONCEITO DE HABITAT

Diversas são as abordagens disciplinares que, através de várias tentativas e contribuições, trataram de apreender o modo de inserção do homem e da coletividade humana no meio físico, e as correlações correspondentes a elas, gerando a noção de *habitat*. Não podemos, porém, afirmar que exista uma precisão epistemológica da referida noção, embora, o reflexo de um certo tipo de significado interdisciplinar do conceito, somado ao desenvolvimento de uma prática experimental de ações que pretendem se fundamentar na apreensão subjacente de seu significado, nos faz entrever uma luz maior na sua definição.

É da interação da *praxis* do *habitat* (isto é: ações práticas de implementação) e os esforços de fornecer uma maior definição ao conceito, que conduzirá à clareza do seu significado e às suas possibilidades operativas, questões a que pretendemos contribuir com estas considerações.

O CONCEITO EM RELAÇÃO ÀS DISCIPLINAS DO ESPAÇO

Podemos afirmar, sem muita margem de erro, que as genericamente chamadas disciplinas do espaço, tem se transformado, a partir do seu desenvolvimento e experimentação, numa notável fonte da definição do conceito, e como uma extensão mesma, sem grandes alterações no conteúdo das próprias disciplinas: a arquitetura e o urbanismo tiveram a sua relevância neste processo. Na "Carta de Atenas" (1933), os arquitetos tomam consciência da existência de um nível de integração superior da sua própria atividade e do produto dela, definindo a cidade e a região (ou a cidade e o seu "Hinterland") como a unidade essencial em que deveriam se fundamentar as preocupações e os "projetos" dos arquitetos, e que, entendendo a vida da comunidade como uma unidade, esta devia constituir-se na referência e conteúdo dessa atividade projetual.

Posteriormente, o grau de abrangência do conceito foi aumentando: a integração regional, a própria nação, os continentes, foram aparecendo com espaços de controle e de ação possíveis, em forma unitária, numa atitude de "expansão" constante dos espaços que acolhiam as comunidades humanas em todas as escalas: vale como exemplo o "mapa da integração européia" formulado por Le Corbusier em 1943, por encargo do Ascoral, exemplo assinalado não para tratar de analisar a validade da proposta (por sinal de uma certa coerência) e sim para tentar evidenciar a tentativa de superar o campo disciplinário, sem verificar possíveis mudanças de qualidade no espaço.

A arquitetura e o urbanismo, na década de 30 e, posteriormente a geografia, após a Segunda Guerra, assumiram uma forte consciência dos limites dos seus próprios campos e a necessidade imperiosa de alargá-los: a destruição, a necessidade de reconstrução, as profundas transformações na consciência universal surgidas da própria guerra, transformaram aquelas disciplinas em "necessárias".

Henri Lefèbvre³, em seu livro *O Direito da Cidade*, no capítulo sobre "Industrialização e Urbanização", refere-se com clareza meridiana aos efeitos destas transformações... "Após a última guerra, todos sentem que o quadro

das coisas se modificam em função de urgências, de coações diversas: impulso demográfico, impulso da industrialização, afluxo dos interioranos para Paris. A crise habitacional, confessada, verificada, transforma-se em catástrofe e corre o risco de agravar a situação política ainda instável. As urgências transbordam as iniciativas do capitalismo e da empresa privada, a qual aliás não se interessa pela construção, considerada insuficientemente rendosa. O Estado não pode mais se contentar com regulamentar os loteamentos e a construção de conjuntos (blocos de apartamentos), com lutar (mal) contra a especulação imobiliária. Através de organismos interpostos, toma a seu cargo a construção de habitações: começa o novo período dos "novos conjuntos" e das "novas cidades"...

Precisamente seja que, talvez, a importância necessária antes mencionada que tais disciplinas acabam adquirindo para a arquitetura e urbanismo, reside no caráter "projetual" das mesmas, em termos de conter a possibilidade de propor ações concretas diante de necessidades emergentes e crescentes.

A geografia, em particular a escola francesa, objetivou precisamente assumir esse caráter projetual e passa de ciência exclusivamente descritiva, de análise, de constatação, a uma "ciência de projeto".

O longo caminho percorrido do "conceito de região, espaços e paisagens derivadas" de Maximilien Sorre aos estudos de Jean Merlin, sobre o transporte ou a proposta de Paris no ano 2000 de Jean Bastié, passando pelos estudos de Pierre George e Jean Tricart, somados à noção de "geografia ativa", marcam um caminho de tentar adequar os conceitos essenciais às exigências da realidade, assumindo a forma de implementação concreta dos novos conceitos.

São estes os exemplos que muitas disciplinas setoriais ainda não compreenderam: o surgimento de abordagens, com pretensões integradoras, a partir das chamadas disciplinas do espaço e, reiterando mais uma vez a capacidade projetual de cada uma delas, tem gerado, implícita ou explicitamente, uma certa preponderância dos aspectos espaciais, enquanto a definição do conceito de *habitat*, levando a confundir a noção integradora do conceito com um de seus componentes: entendemos que o conceito de espaço físico, social e/ou econômico é essencial para a apreensão do conceito de *habitat*.

O conceito, em relação às ciências sociais, percorreu um caminho similar, em particular pelas ciências humanas (através da antropologia), sem excluir, porém, a sociologia e certos ramos da psicologia.

Esta semelhança de processos, que tentaremos verificar no seguimento, atribui um certo embasamento filosófico ao conceito de *habitat*, ao descobrirmos a preocupação na sua definição em diversas áreas do conhecimento científico, tornando-se imprescindível, em certos momentos, para o aprofundamento em certas áreas específicas. O estudo das relações entre homem e comunidade com o seu meio ambiente (incluindo as formas culturais desta relação) constituem o fundamento básico da moderna antropologia cultural (Levy Strauss, Levy Bruhl, Margaret Mead).

Provavelmente, pelas próprias características da disciplina, os estudos antropológicos foram limitados a comunidades isoladas, em "estado puro": causa possível de uma certa limitação no aprofundamento das possibilidades projetuais no uso do instrumental disciplinário, a ciência descritiva, a ciência de análise, motivos pelos quais não poderiam mesmo atingir os mecanismos aptos para a formulação de propostas de transformação.

A psicologia social pesquisa, descobre e propõe, no domínio do grau de participação do espaço construído (edifícios, habitação, cidade) no comportamento de indivíduos, famílias e comunidades. Da reflexão sobre os objetos de estudo, propriamente dito e do significado interno de suas ações e reações, chega como conseqüência natural a descobrir as possibilidades de interação entre exterior e interior do indivíduo e o grupo social: coloca em evidência quais as circunstâncias, aparentemente superiores de acordo com certas pautas da vida social, predefinidas por "certos especialistas", não produzem um "melhoramento" na consciência, na cultura das comunidades, senão que, muito pelo contrário, são socialmente percebidas como formas regressivas da vida social.

A disciplina por antonomásia das ciências sociais, isto é, a sociologia, encontra-se na necessidade de perfilar o nascimento de especialidades, no campo da própria disciplina, para poder se aparelhar no tratamento desta temática em gestação. Pretender uma decisão das argumentações da "sociologia do espaço" resulta a um mesmo tempo, presumido e ocioso: presumido, pois suporia a intenção de sintetizar aquilo que os melhores especialistas não têm conseguido; pela vasta quantidade de bibliografia sobre sociologia da cidade, o espaço comunitário, o bairro, etc., que são já de notório conhecimento.

Nesse sentido, o que pode ficar claro na nossa opinião é que, apesar dos avanços conseguidos, se mantém uma certa confusão nos limites epistemológicos da própria disciplina, enquanto pretende-se efetivar uma abordagem a um complexo tema de ações e interações, acentuadamente mediatizadas.

Da experiência constante de trabalho entre especialistas das ciências sociais, economistas e organizadores do espaço, surgiram certos fundamentos conceituais que evidenciam a possibilidade de uma atitude projetual por parte de algumas disciplinas da sociologia (por exemplo: os trabalhos de Manuel Castells, Raymond Ledrut, etc.).

Henry Lefèbvre, um teórico originário da filosofia, disciplina que cultivou no começo e que hoje prefere definir-se como sociólogo, embora com uma profunda marca filosófica, tem publicado inúmeros trabalhos girando em torno de dois temas fundamentais: os mecanismos da apropriação do espaço, por um lado, e o espaço urbano e consciência social, por outro.

Têm sido tentadas as mais variadas formas de interpretação, psicológica e, inclusive filosófica em relação à noção de espaço e suas relações com os homens, chegando a construir-se um formidável arcabouço teórico-conceitual em torno desta questão, que propõe novos caminhos do pensamento e de possibilidades de ação operativa: porém, isto não significa que a noção de *habitat*, seja uma noção de exclusiva estirpe social.

As ações dos homens, seus relacionamentos à percepção cultural (interna) no espaço, por parte das comunidades é uma temática essencial à noção de *habitat*, mas não o seu único aspecto: não há dúvida que as relações entre espaço e sociedade constituem o tema fundamental de uma definição conceitual e instrumental da noção de *habitat*, porém é necessário assinalar que ditas relações são essencialmente instrumentais, materiais, surgidas de necessidades de atuação, surgidas de necessidades sociais. A imbricação entre o espaço e a sociedade se define no contexto da utilização que os homens fazem do espaço.

Da mesma forma como nos temos aproximado a um conceito "partindo" do estudo do espaço físico, e a outras formas do mesmo conceito a partir da consideração das relações sociais e sua dinâmica, a presença e percepção do homem no espaço pode ser verificada também, e pode ser interpretada à luz das ações intermediárias da utilização do espaço.

À ciência econômica, quantificadora e propulsora de situações de estado puro (quantitativas) há devido criar especializações como a economia espacial, ou a economia regional e urbana, como instrumental que permitisse uma correlação entre as atividades econômicas e as formas de ocupação do espaço: a pauta tradicional do "QUANTO" desaparece se não se relaciona com o "ONDE" e o "QUEM".

A última das fontes de formação do conceito de *habitat* provém das ciências naturais, e em particular da ecologia: esta disciplina surgida dos estudos botânicos e zoológicos pretende verificar as relações entre seres vivos e entre estes com o meio natural; como consequência natural não demorou muito em ampliar o campo de considerações à sociedade humana no seu conjunto.

Apesar de certas críticas que possam ser feitas em algum momento de "superdimensionamento epistemológico" (alguém já a definiu como a ciência das interações subsociais), sua contribuição ao esclarecimento do conceito de *habitat* é de uma singular relevância, enquanto coloca em evidência a unicidade, o conceito de "globalidade" do sistema de seres vivos, meio ambiente, relações e, em particular, a verificação de quais ações sobre alguns dos integrantes do sistema alteram o equilíbrio e as formas de funcionamento do próprio sistema.

Interpretamos que não é, inclusive, desprezível o fato que esta disciplina tenha contribuído sobremaneira na formação de grandes movimentos de opinião (alguns deles transitórios, porém partidos políticos de certa transcendência) sobre a problemática global do entorno humano.

Desta forma de tomada de consciência surge a possibilidade real de, com certeza, implementar muitos do que antanho foram visões de esclarecidos. Desta forma de tomada de consciência social surge a possibilidade de que a comunidade seja participante ativa de uma transformação ativa e positiva global das condições de vida, num sentido integral.

O CONCEITO INTEGRADOR DE *HABITAT*

Ao formular o precedente histórico das diversas fontes, a partir das considerações sobre os caminhos da formação do conceito, a despeito das dificuldades que possam surgir na definição instrumental do mesmo (o que não significa por em dúvida sua realidade e o seu valor), permite-nos tentar a definição dos seus elementos componentes, iniciando formas experimentais de verificação das suas correlações.

Pelo contrário, significa outorgar ao conceito toda a sua transcendência totalizadora, uma espécie de noção de "segundo grau", que deve gerir as realizações de toda ordem e grau de importância: conceituais, projetuais, de gestão, setoriais ou integrais que, em forma direta e/ou indireta, digam das relações entre indivíduo, sociedade, meio ambiente natural e/ou modificado, os processos econômicos, políticos e tecnológicos da dita modificação.

É objetivo básico propor um marco conceitual e, com o decorrer do tempo e das sucessivas experiências, um marco metodológico, em cujo contexto as disciplinas envolvidas, o aparecimento necessário de disciplinas novas e as pautas de ação, possam obter uma validade de fundamentação.

Dito marco deverá integrar em forma explicativa o espaço: natural ou modificado, construído ou simplesmente "intermediário", em todas as suas escalas quantitativas; os homens: isolados, em família ou em sociedade, as atividades materiais destes homens e famílias, realizadas no conjunto de atividades que desenvolvem na sua vida, assim como a interação entre ditas atividades, e a marca cultural que ditas ações conduzem para constituir-se em consciência social.

Visto desta maneira, o *habitat* será o processo de organização e transformação do espaço (produção e apropriação), concretizado pelos homens e sua sociedade, no grau que se materializam as atividades políticas, econômicas, sociais, tecnológicas e culturais, requeridas pelo conteúdo de um momento histórico concreto, incluindo as interações entre processo material e consciência social.

Achamos conveniente ressaltar, com muita clareza, que interpretamos que a noção de *habitat* implica uma certa posição "a-hierárquica" dos seus elementos componentes (homens, atividades, espaço), tanto no sentido conceitual como no instrumental: não se trata do "espaço organizado pelos homens desenvolvendo atividades", nem "das atividades desenvolvidas pelos homens no espaço", nem "dos homens que desenvolvem atividades no espaço", e sim, ao considerar a relação dialética de uns em relação aos outros, a visão sincrética de um processo de relações, materializado num produto concreto.

A noção de *habitat* é uma noção humanista de implementação tecnológica experimental, mas não é uma tecnologia: inclui conceitos setoriais das disciplinas envolvidas: o edifício, os conjuntos, as cidades, as formações econômicas e sociais, os modos de produção, as taxas de crescimento econômico, tecnológico e produtivo, a atribuição de recursos, a fixação de prioridades, os indicadores do desenvolvimento social, no contexto de um conceito básico: o da qualidade de vida da população, que nunca poderia ser atingido por uma disciplina setorial. Revitaliza os conceitos que constituem a noção de processo: crescimento, flexibilidade, controle de mudanças, transformação, custo social.

Este enfoque do conceito de *habitat* exige uma mudança importante na própria atitude dos profissionais envolvidos, tanto do ponto de vista instrumental como do ponto de vista de uma ética do trabalho: toda forma de messianismo

incluída em proverbiais disciplinas, parciais ou setoriais, que pretendem assumir a totalidade a partir de uma especialidade, transforma-se em mediação entre exigências e aspirações sociais frente a possíveis decisões a adotar em relação ao *habitat*, sem excluir, é claro, o mais alto grau de idealização, exigindo, de forma permanente e crescente, os mais altos níveis de formação, interpretação e ação disciplinária.

SOBRE A QUESTÃO DA INTERDISCIPLINARIEDADE

No grau em que estejamos atribuindo um crédito intelectual ao conceito de *habitat*, conforme proposto anteriormente, estaremos afirmando que o aperfeiçoamento do mesmo, a aproximação a suas formas instrumentais para formulação de uma teoria e a prática das ações concretas, deve-se assentar na aproximação conceitual e metodológica de diversas disciplinas: das disciplinas do espaço (geografia, arquitetura, em sua conceituação mais global, planejamento urbano e regional, geologia, etc.); das disciplinas dos homens e sua sociedade (sociologia, antropologia, psicologia social, medicina, etc.) das disciplinas das atividades (economia, engenharia, em todas as suas áreas, etc.) de tecnologias particulares (informática, modelística, etc.).

O anteriormente dito não se produz numa espécie de convergência aditiva, isto é: como simples somatório ou compêndio de informações e/ou conhecimentos, processados ulteriormente pelo "diretor da orquestra" (frequentemente o(s) especialista(s) na organização do espaço), e sim delinear um corpo de trabalho novo e qualitativamente diferente: a equipe interdisciplinar agindo sobre a totalidade do problema e sobre todos e cada uma das instâncias metodologicamente apreensíveis: coleta de informações (análise), reconhecimento de tendência (diagnóstico), avaliação/julgamento de valor (crítica/síntese) da tendência, ações de aceleração/estímulo ou modificação da tendência (proposta/projeto), gestão, ação sobre a consciência social, atuação, verificação, modificação e reinício.

A concepção da prática interdisciplinar não constitui uma simples atitude intelectual: é uma exigência em termos de *habitat*, essencial na definição do tema e objeto da ação. A definição de objetivos (interpretação de conteúdos sociais), a adoção de uma estratégia e de um mecanismo de prioridades (definição de uma política) a interpretação do conceito de qualidade de vida, constituem o contexto indispensável para uma ação concreta, que representa a necessidade de uma consciência social ativa, de democracia política.

AÇÃO SOBRE O HABITAT OU PROJETAÇÃO DO HABITAT ?

No início das presentes considerações, fizemos menção dos caminhos percorridos e/ou ensaiados por várias disciplinas com o intuito de atingir um certo grau de disciplinas projetuais: isto porque interpretamos que, a partir da definição da noção de *habitat*, assume relevância notável o conceito de projeto.

Basicamente, trata-se de materializar a passagem da interpretação/constatação (estudo dos resultados) à transformação/prospecção (conhecimento das causas e interações), constituindo-se num dos problemas centrais da proposta de uma realidade diferente, a partir da presente. A ação sobre o *habitat* inclui, necessariamente, uma atitude projetual, transformadora, em todos os níveis da ação: a equipe atuante sobre o *habitat* tem capacidade, como condição *sine qua non*, de elaborar um projeto.

Assim como em algumas disciplinas, que incluem a ação social de transformação da realidade concreta, o conceito de projeto está fortemente impregnado pelo conceito de processo, que já tinha sido incluído no próprio conceito de *habitat*. Porém, a possibilidade, pelo menos no presente momento, de definir uma técnica/metodologia projetual concreta em termos de *habitat* constitui-se numa incógnita.

É possível que em determinadas escalas quantitativas do referido conceito (por exemplo: a cidade, campo das atividades sociais do dia-a-dia) exista já uma experiência e uma metodologia que permita adotar uma atitude projetual e propor uma equipe de trabalho, com objetivos mais ou menos claros. É sabido, por exemplo, que o conceito de qualidade de vida urbana é estabelecido em função da quantidade e qualidade dos serviços que a cidade oferece ao uso da população (ou, em outros termos, a expectativa, possibilidade e acesso ao consumo, somado ao impacto das modernizações). Claro está que no conceito de qualidade estão implícitos vários outros: localização, acessibilidade, utilização do tempo cotidiano e semanal, tipos de população, etc.

É com esta mínima definição de temas e correlações que poderemos estabelecer um ponto de partida para uma ação sobre a cidade inserida numa teoria sobre o *habitat*. Porém, quando a escala de ação se amplia, mesmo em nível simplesmente quantitativo, ao passar a escalas regionais e/ou territoriais, existe uma escassa experiência metodológica, insuficientemente elaborada e sistematizada, salvo raras exceções.

Neste aspecto, é necessário uma múltipla precisão: as diferenças entre projeto e forma. Enquanto para arquitetos, engenheiros e outros, a noção de projeto sugere necessariamente a prefiguração de uma forma determinada (o

que, praticamente, acaba transformando os dois termos em sinônimos), para outras disciplinas (ciências sociais e até as ciências naturais) existe o conceito de projeto sem que este signifique necessariamente forma (pelo menos não no sentido mais habitual ou no mesmo sentido).

Quanto mais complexa e crescente é a escala quantitativa da ação, isto é, quanto mais diversas são as formas de intervenção necessárias para atingir o maior grau de conseqüência de determinados objetivos, mais indefinido é o ponto de chegada (a forma) e mais transcendente é o processo, a gestão, definida como o conjunto de ações, controles e modificações que otimizam a referida passagem dos objetivos aos resultados verificáveis.

O anteriormente dito nos conduz a uma conclusão de interesse: a ação sobre o *habitat* implica uma hierarquia relativa da GESTÃO em relação ao PROJETO.

A ação social, de uso, sobre o *habitat*, implícita num lento funcionar da consciência comunitária, desempenha um papel delineador, que a atitude projetual pura não está em condições de perceber. Desta consideração, surgem opções transcendentais para tudo o que se refira à formação de especialistas adequados para integrar equipes interdisciplinares de ação sobre o *habitat*.

PAISAGEM E HABITAT: ESPAÇO, TEMPO E MUTAÇÃO

O presente quadro conceitual geral não estaria completo se além dos assuntos tratados até agora não se tratasse de duas condições básicas da paisagem: a "temporalidade" e a "mutação" permanente.

Na verdade, talvez seja este o assunto mais importante, devido que à luz destes parâmetros, a questão da gestão, do processo, do plano ou, ainda, do projeto, adquirem um grau de questionamento que nem sempre são fáceis ou cômodos de colocar.

Como dizíamos anteriormente, na medida em que aumenta o grau de abrangência de nossa ótica (escala), diminui a percepção do detalhe: a bidimensionalidade (o plano) se sobrepõe à tridimensionalidade (o espaço); a informação (o quantitativo) se impõe ao cotidiano sensível (o qualitativo).

Talvez em forma um tanto genérica, as dicotomias antes mencionadas estão claramente presentes quando tratamos das questões de escala, principalmente quando o objetivo destas digressões é o de tentar esboçar idéias sobre possíveis formas de intervenção (desenho) na paisagem.

Fundamentalmente, as duas variáveis básicas mencionadas no início, temporalidade e mutação, tendem a tornar ambíguos o limite do domínio de cada escala, dado o relacionamento biunívoco múltiplo, sintetizado no que muitos autores denominam genericamente como "dialética do espaço".

Na medida em que consideremos, a partir de uma abordagem prospectiva, a paisagem como uma estrutura ambiental, estaremos, de base, supondo a existência de um grande sistema composto por uma série de subsistemas estruturados por uma complexa malha de relações, ambas, sistemas e relações, em permanente mutação dialética, no decorrer de um tempo dado.

Esta movimentação permanente, vetor resultante da combinação das variáveis mencionadas, nos induz necessariamente a estudar qual a atitude analítica e/ou prospectiva mais adequada para tratar da questão ambiental.

Na escala urbana a discussão não é nova, como vimos nas breves referências anteriores em relação à conceituação de *habitat*, independentemente do julgamento de valor que possamos fazer dos resultados, e que privilegiou a questão do planejamento (o plano) como forma de apreensão, diagnóstico e prognóstico do espaço, nas suas diferentes escalas (urbano/ regional/ territorial).

Dita postura surge, em grande parte, da facilidade cada vez mais crescente de acesso à informação e da possibilidade de controle dos mecanismos de implementação (a gestão), muitas vezes estimulado pelo próprio Estado como forma de exercício do Poder, no processo de apropriação do espaço, por sinal, é a questão do "controle", que em certo momento se levanta como principal aspecto "legitimador" da ação planejadora, "congelando", por assim dizer, uma determinada situação projetada (o plano como modelo) materializada em padrões de apropriação do espaço.

Tempo e mudança, assim, passam a ser elementos nocivos à "eficiência" de desempenho do plano, a não ser que o primeiro seja congelado e a mudança "prevista"

A pretensão de controle conduz, assim, ao descontrole total: na medida em que o espaço (paisagem/*habitat*) será reflexo das interações do meio físico como o tecido social, esta relação tende a ficar "descompensada", na tentativa de "dicotomizar" a dialética espacial.

Como decorrência da radicalização de tal atitude, e a notoriedade que em todos os níveis acaba alcançando, planejamento, controle, racional ou orga-

nizado, são palavras que perdem a qualidade substantiva, e passam a adjetivar atitudes "tecnicamente" corretas de apropriação da paisagem.

Esta atitude "neopositivista", ou a tentação de cair nela, é tanto mais acentuada quanto mais nos aproximarmos da macroescala, e entra em crise na medida em que chegarmos mais perto do cotidiano.

Na medida em que isto acontece, mais se acentua, por outro lado, a "estanqueidade" das diversas instâncias de decisão no processo da apropriação das estruturas de poder do Estado.

Assim sendo, a necessária interdisciplinaridade assinalada nas questões da produção do espaço, poucos resultados conseqüentes obterá por aí só, se desprovida que uma unificação das diferentes instâncias de decisão, em torno da questão principal de como operacionalizar metodologicamente as mudanças "pós-planejamento" como elementos da correção do rumo.

Pareceria que, em geral, a produção do espaço esteve tradicionalmente entregue aos profissionais mais ligados ao estudo da forma física dos assentamentos humanos, materializada no volume construído antes que nos espaços livres que dele decorrem.

Dita decorrência, que parece expressar uma certa relação "fundo" (espaço livre), "figura" (elemento construído), representa nem mais nem menos do que a dicotomia entre o espaço público (ou de uso comum) e o espaço privado, ou entre espaço regional e territorial, ou, ainda nacional e interna cional.

Como conseqüência do dito, tal dicotomia é tratada num sentido operacional, em termos de "densidade de ocupação", e, assim sendo, os interstícios entre o que não é construído, o "não denso", o "livre", acabam adquirindo um caráter tipológico "a-crítico".

Áreas agrícolas, áreas industriais, reservas florestais, parques, praças, ruas, áreas de lazer, áreas verdes, etc. não fazem mais do que representar tipologias determinadas *a priori* (no sentido dado por Argan) na esfera do planejamento, materializado, tecnicamente nos chamados "padrões ambientais".

No campo do urbano por exemplo, só resta ao profissional da paisagem agir numa área limitada de decisão, restrita, basicamente aos limites do que não é construído, claramente predeterminados.

Do anteriormente dito, não deve, é claro, deduzir-se que existe uma única forma de ação e/ou interpretação do conceito de paisagem: seria ilusório

propor uma ação intencionada de configuração espacial global, colocando-nos numa posição, no mínimo discutível, de estarmos lançando uma proposta de interpretação total e absoluta.

A ação não pode ser outra coisa senão uma seqüência de intervenções determinadas, imbricadas no tempo. Seria um erro grave, dos quais o dia-a-dia dá inúmeros exemplos, não levar em conta as interações entre estas intervenções e, sobretudo, não ter claros os objetivos projetuais de cada intervenção: a obtenção de uma melhor qualidade de vida.

Esta interação entre intervenções setoriais determinadas e um contexto unificador, definido pelas correlações entre "atividades-homem-espço" constitui a essência de uma ação prática, tendente a uma requalificação da paisagem e do *habitat* humano.

Embora aparentemente óbvio, só o caminho assinalado por esta colocação é que permitirá, enfim, começar a construir a ponte entre uma teorização conseqüente sobre a paisagem e a rica contribuição das *praxis* brasileira na configuração do *habitat*.

BIBLIOGRAFIA

ARGAN, Giulio Carlo. *Proyecto y Destino*. Caracas, Ed. de la Biblioteca Universidad Central de Venezuela, 1969.

ARHEIM, Rudolph. *Atte y Percepcion Visual Psicologia de la Vision Creadora*. Buenos Aires, EUDEBA, 1962.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo, Perspectiva, 1976.

_____. *A História da Cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1983.

CULLEN Gordon. *A Paisagem Urbana*. Porto/Lisboa, Edições 70, 1983.

HERNANDEZ, R.; MORCHKOSSIKY, R. *Teoria del Entorno Humano*. Buenos Aires, Nueva Vision. 1977.

LEFEBVRE, Henri. *Du Rural à L'Urbain*. Paris, Éditions Anthropos, 1977.

LYNCH, Kevin. *The Image of the City*. Cambridge, Mass. The M.I. Press, 1960.

MEARLU-PONTY, M. *Phénoménologie de la Percepcion*. Paris, citado por Jean Zei-toun, op. cit.

SMITHSON, Alison, ed. *Team 10 Primer Studio Vista Limited, Blue Star House*. London, Highgate Hill, 1968.

WAISMAN, Marina. *La Estructura Historica del Entorno*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1972.

ZEITOUN, Jean. La Noción de Paisage. *Cuadernos Summa - Vision*, Serie El diseno del Entorno - ano 3, n. 48, abr. 1970.

NOTAS

(1) Jean Zeitoun, La Noción de paisaje, in *Cuadernos Summa - Nueva Vision*, Buenos Aires n. 48, 1970.

(2) M. Merleau Ponty, in "Phenomenologie de la Perception", Paris, citado por J. Zeitoun, *op. cit.*

(3) H. Lefèbvre, *Du Rural à L'Urbain*, Paris, Éditions Anthropos, 1977.